

# RELATÓRIO DE GESTÃO |

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

# RELATÓRIO DE GESTÃO

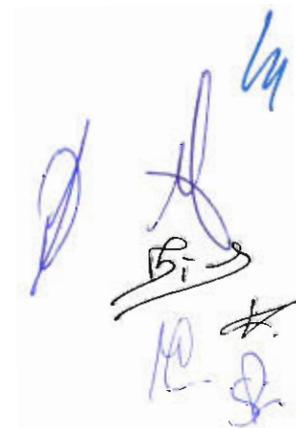
EXERCÍCIO 2017

ly  
A  
B1 →  
R  
A  
S

# ÍNDICE

## Índice

I.	Introdução .....	2
II.	Organização do Município .....	3
	Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo.....	3
	Câmara Municipal – Órgão Executivo .....	4
III.	Recursos Humanos.....	6
IV.	Análise da Execução Orçamental.....	12
V.	Receita.....	15
	RECEITA CORRENTE.....	16
	RECEITA CAPITAL .....	16
	Despesa .....	21
VI.	plano plurianual de investimentos.....	24
VII.	Plano de atividades mais relevantes.....	26
VIII.	Análise dos Empréstimos de Médio/Longo Prazo.....	27
IX.	Análise do Endividamento Municipal.....	28
X.	Caraterização da Dívida.....	29
XI.	Equilíbrio Orçamental.....	31
XII.	Análise Económico - Financeira.....	32
	Balança e Demonstração de Resultados.....	32
XIII.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	35



## I. INTRODUÇÃO

De acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013, de 3 de setembro e considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, (POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão e Contas, relativas ao ano económico de 2017.

É da competência do Órgão Executivo, a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, que devem ser submetidos à apreciação e votação pelo Órgão Deliberativo.

O presente relatório, permitirá visualizar a situação económica e financeira relativa ao exercício de 2017, demonstrando os níveis de execução conseguidos, bem como, os resultados da utilização de meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pelo Município.

Pretende-se demonstrar de forma sucinta, a evolução da receita e despesa, custos e proveitos, integrando-os com os resultados de anos anteriores.

A análise desenvolvida neste Relatório de Gestão é sustentada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais.

O Relatório de Gestão de 2017 mantém a estrutura dos anos anteriores, o que permite uma leitura fácil e proporciona uma análise comparativa dos anos anteriores.

Além deste relatório, existe análise complementar, produzida pelo Revisor Oficial de Contas, com informação Económico-Financeira e de Execução Orçamental.



# ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

## II. ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ÓRGÃO DELIBERATIVO

A Assembleia Municipal do Município de Alijó é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente, e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia.

A composição da Assembleia Municipal de Alijó é a seguinte:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
<b>CONSTITUIÇÃO DA MESA</b>	
José Alberto Queirós Canelas	
Mário Joaquim Vaz	
Denisa Cláudia Sampaio Simão	
<b>NOME</b>	<b>NOME</b>
Alípio de Almeida Alves	Aurelina Maria Gomes Lopes Carvalho Pereira
Evaristo José Luxo Hipólito	Raffael Liberato Batista
Filomena Margarida Gonçalves Marques	Luís Horácio Macedo dos Santos
Rui Francisco Morais Lopes	Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho
Pedro Miguel Guedes M. Espírito Santo	Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda
António Luís Pereira	Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique
António Samuel Lopes Fernandes da Cunha	Luís Filipe Pires de Morais Pinto
Cláudio Miguel da Cruz Vilela	António Joaquim Fernandes
Maria da Glória de Carvalho Veiga	José Toni Carneiro Afonso
Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias	Fernando Gerardo Alves de Sousa
Alexandre Monteiro Alves	Sónia Cristina Cardoso Quintas Pinheiro
Luís Manuel da Silva Lameiras	Vítor Carlos Alves Borges
Márcio Miguel Monteiro Ribeiro	Nuno Filipe Aires Jorge
Joaquim Augusto dos Santos Veloso	Faustino Meireles Moreira
Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso	
Estela Maria de Jesus Teixeira	
António Augusto Pinto Rocha	
António João Teixeira Borges	

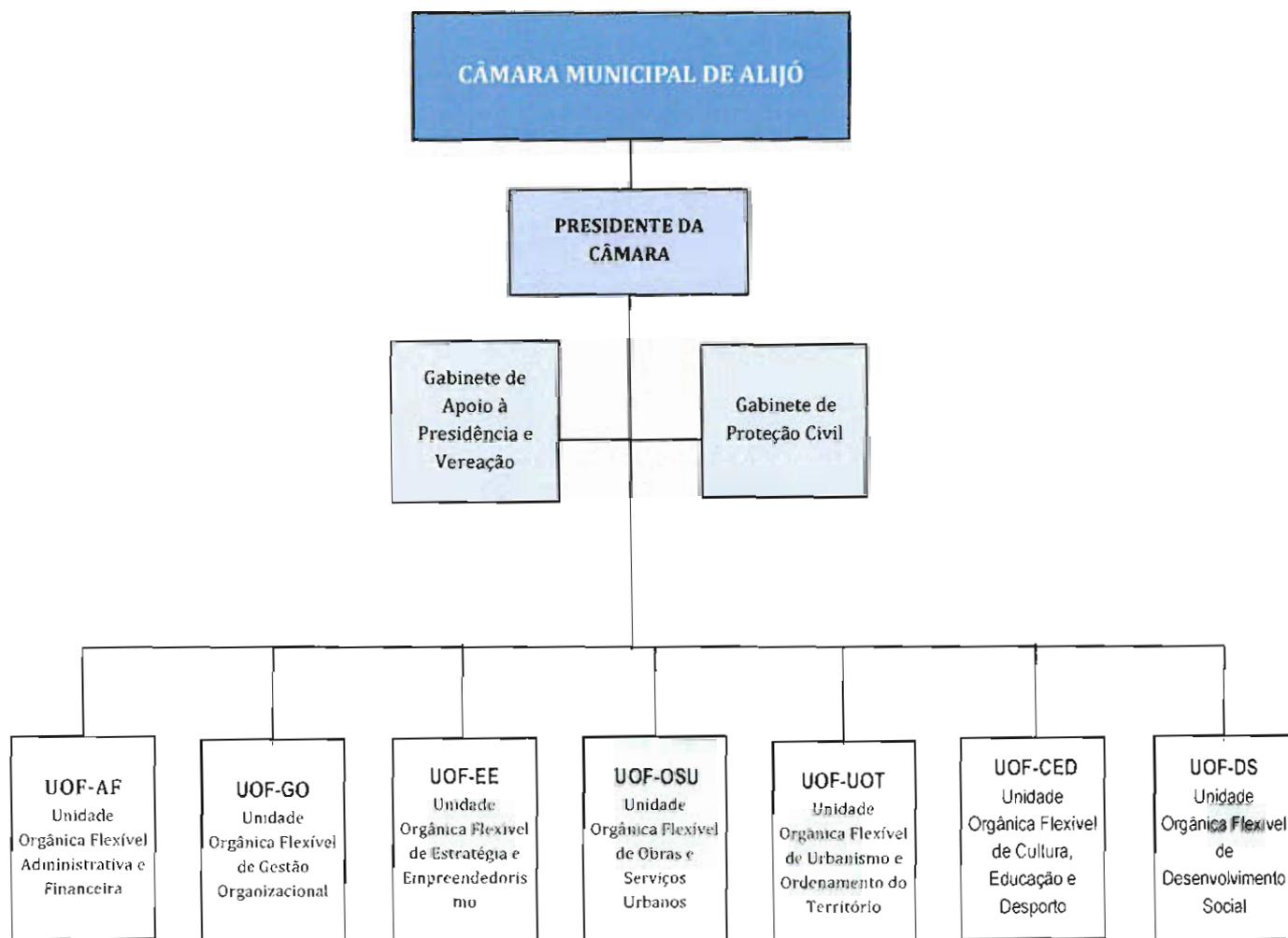
# ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

## CÂMARA MUNICIPAL – ÓRGÃO EXECUTIVO

O Município de Alijó, para além do Presidente, é composto por seis Vereadores. A responsabilidade nos vários pelouros e a respetiva distribuição de funções pelos Vereadores, constam no despacho do Sr. Presidente da Câmara de 26 de Outubro de dois mil e dezassete.

NOME	PELOUROS
<b>José Rodrigues Paredes</b>	Coordenação Geral dos Serviços
	Relações Exteriores e Comunicação Social
	Recursos Humanos
	Finanças e Desenvolvimento Económico
	Obras Públicas
	Agricultura e Florestas
<b>Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira</b>	Licenciamento Urbano e Loteamentos
	Planeamento e Ordenamento
	Empreendedorismo e Estratégia
	Proteção Civil
	Trânsito e Segurança Rodoviária
	Recursos Cinegéticos e Piscícolas
	Comércio Mercados e Feiras
	Qualidade e Ambiente
	Coordenação Jurídica
<b>Sónia Andrea Rodrigues Pereira Pires</b>	Educação
	Juventude e Desporto
	Formação e Qualificação
	Saúde
	Turismo
<b>Mafalda Lopes Mendes</b>	Ação Social
	Habitação Social
	Cultura
	Comunicação e Imagem
	Qualidade e Modernização Administrativa
<b>Luís Miguel Gonçalves Rodrigues</b>	Sem Pelouros Atribuídos
<b>Luís Henrique Grácio Azevedo</b>	Sem Pelouros Atribuídos
<b>Maria Margarida Marinho Dias Cascarejo</b>	Sem Pelouros Atribuídos

# ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



## III. RECURSOS HUMANOS

Reportando à data de 31 de dezembro de 2017, os dados seguintes refletem a desagregação da estrutura dos trabalhadores do Município.

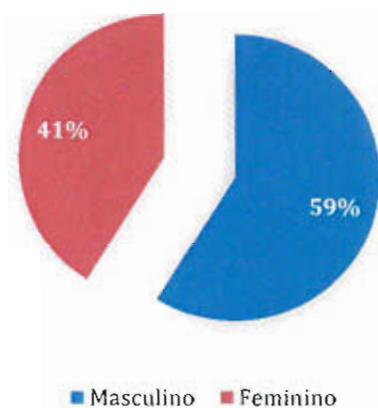
O universo de trabalhadores ascende a 128 colaboradores.

O quadro e o gráfico seguinte permitem verificar que os trabalhadores do sexo masculino representam a maior percentagem, ascendendo a 58% do total de funcionários.

MAPA DE TRABALHADORES POR SEXO

	Masculino	Feminino	TOTAL
Dirigente Intermédio	4	3	7
Técnico Superior	6	13	19
Assistente Técnico	7	16	23
Assistente Operacional	53	20	73
Informática	1	1	2
Outros	3	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>54</b>	<b>128</b>

TRABALHADORES POR SEXO

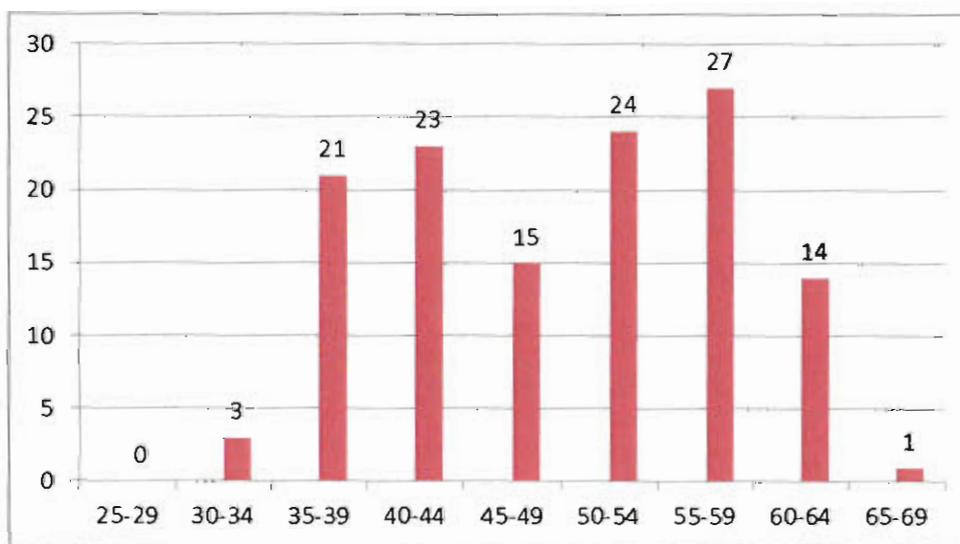


A distribuição dos funcionários, pelas diversas faixas etárias, permite identificar que as faixas etárias com maior número de funcionários são as 55-59 seguida da 50-54, com 27 e 24 respetivamente.

# RECURSOS HUMANOS

MAPA DE TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIO

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
25-29	0	0	0	0	0	0	0
30-34	0	0	2	1	0	0	3
35-39	2	5	5	9	0	0	21
40-44	3	5	3	11	0	1	23
45-49	1	3	3	8	0	0	15
50-54	0	3	4	14	2	1	24
55-59	1	1	2	21	0	2	27
60-64	0	2	4	8	0	0	14
65-69	0	0	0	1	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>128</b>



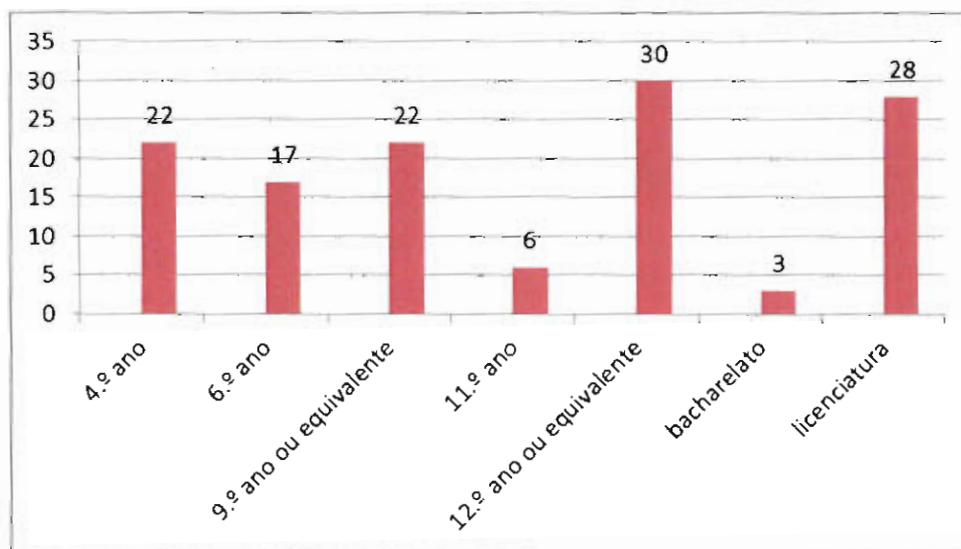
No que respeita às habilitações dos trabalhadores, verifica-se que cerca de 24% têm formação superior e que os trabalhadores com 4 anos de escolaridade representam 18% do total dos funcionários.

*(Assinaturas manuscritas em azul)*

## RECURSOS HUMANOS

MAPA DE TRABALHADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

	Dirigente Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
4.º Ano	0	0	0	22	0	0	22
6.º Ano	0	0	0	17	0	0	17
9.º Ano ou equivalente	0	0	3	19	0	0	22
11.º Ano	0	1	1	3	0	1	6
12.º Ano ou equivalente	0	0	17	11	1	1	30
Bacharelato	0	2	1	0	0	0	3
Licenciatura	7	16	1	1	1	2	28
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>128</b>



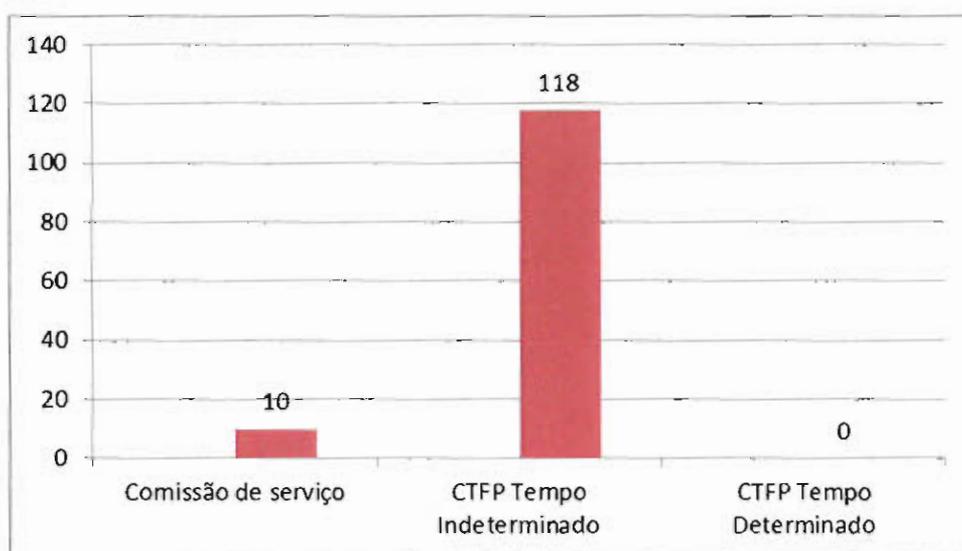
Relativamente ao vínculo e carreira dos trabalhadores do Município, verifica-se pelos dados apresentados que a maioria dos trabalhadores do mapa de pessoal possuem contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. À data de 31 de dezembro, nenhum trabalhador se encontrava na situação de contrato por tempo determinado.

*(Assinaturas manuscritas em azul)*

# RECURSOS HUMANOS

MAPA DE TRABALHADORES POR CARGO/CARREIRA POR VÍNCULO

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de Serviço	7	0	0	0	0	3	10
CTFP Tempo Indeterminado	0	19	23	73	2	1	118
CTFP Tempo Determinado	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>128</b>



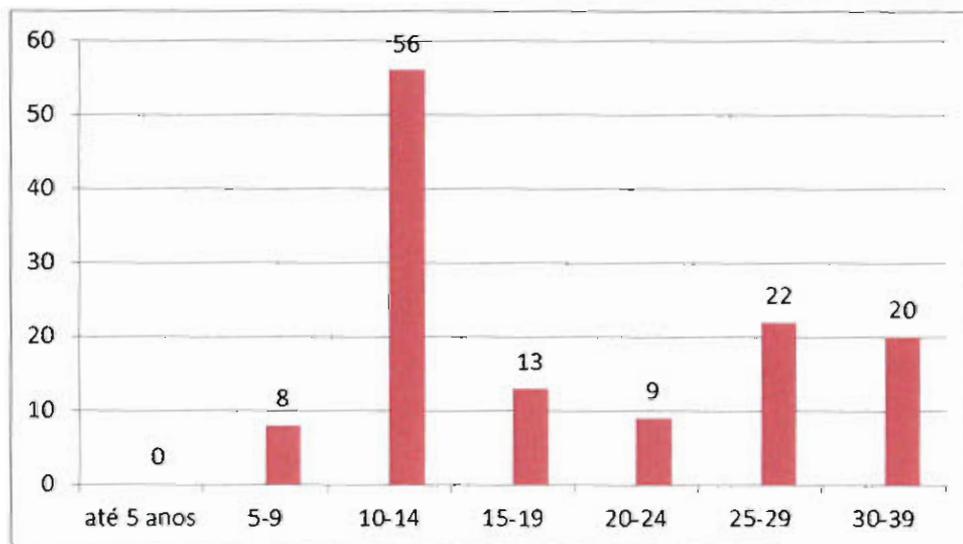
*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## RECURSOS HUMANOS

No que á antiguidade respeita, verifica-se que 8 dos trabalhadores encontra-se há menos de 10 anos no Município e 42 há mais de 25 anos.

MAPA DE TRABALHADORES POR ANTIGUIDADE

	Dirigente Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Até 5 anos	0	0	0	0	0	0	0
5-9	0	3	0	4	0	1	8
10-14	4	10	9	33	0	0	56
15-19	1	2	2	8	0	0	13
20-24	2	0	3	3	1	0	9
25-29	0	2	5	13	1	1	22
30-39	0	2	4	12	0	2	20
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>128</b>



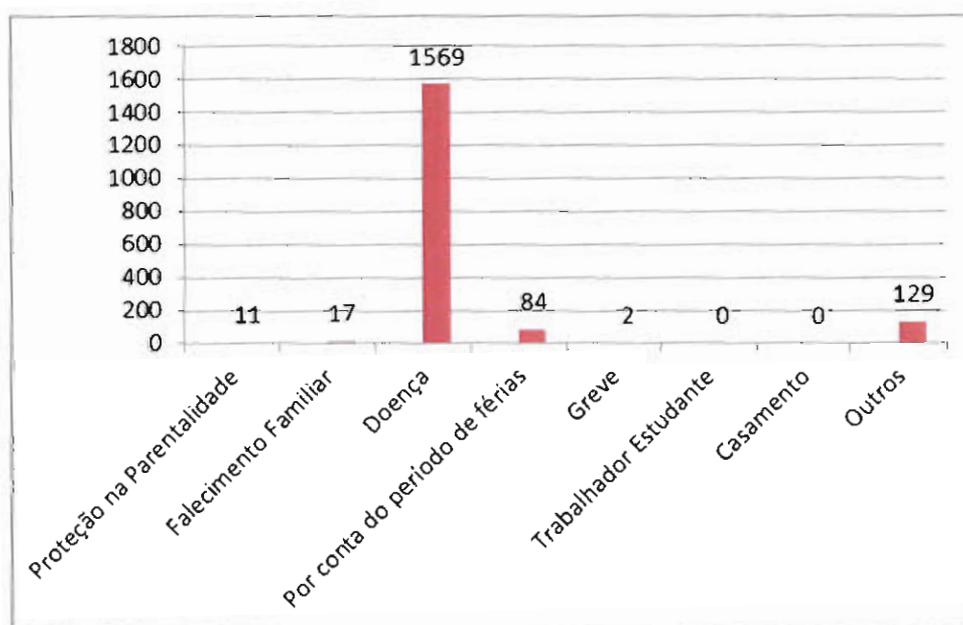
*H. G.*  
*B. S.*  
*[Assinaturas]*

## RECURSOS HUMANOS

De acordo com os dados que a seguir se apresentam, os motivos que mais dias provocam ausência no local de trabalho são a doença. De salientar que os outros motivos, assim descritos no quadro seguinte respeitam a várias situações.

MAPA DE DIAS DE AUSÊNCIA POR MOTIVO E CARREIRA

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Proteção na Parentalidade	0	0	11	0	0	0	11
Falecimento Familiar	0	3	1	13	0	0	17
Doença	0	317	411	826	15	0	1569
Por conta do período de férias	2	10	37	33,5	1,5	0	84
Greve	0	0	1	1	0	0	2
Trabalhador Estudante	0	0	0	0	0	0	0
Casamento	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	16	22	76	4	11	129
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>346</b>	<b>483</b>	<b>949,5</b>	<b>20,5</b>	<b>11</b>	<b>1812</b>



## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### IV. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental, procura mostrar de forma sucinta a execução da receita e da despesa, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas.

Os valores referentes à execução orçamental do exercício económico de 2017 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita global ascendeu a € 22.221.855,31 (vinte e dois milhões, duzentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e trinta e um cêntimos), e a despesa ascendeu a € 21.781.789,22 (vinte e um milhões, setecentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e nove euros e vinte e dois cêntimos).

Importa referir que o saldo da gerência anterior (2016), corresponde a um valor global de € 3.788.465,25 (três milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), tendo transitado para o ano económico seguinte (2018), um saldo de € 4.228.531,34 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e trinta e um euros e trinta e quatro cêntimos).

DESCRIÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	TOTAL
Saldo da Gerência Anterior	2.884.399,29 €	904.065,96 €	3.788.465,25 €
Receitas	21.522.814,82 €	699.040,49 €	22.221.855,31 €
Despesas	21.186.683,21 €	595.106,01 €	21.781.789,22 €
Saldo para a Gerência Seguinte	3.220.530,90 €	1.008.000,44 €	4.228.531,34 €

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No quadro a seguir apresentado, analisamos a estrutura global quer da receita quer da despesa, comparando o orçamento final, ou corrigido, com o orçamento executado.

Descrição	Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Desvio	Grau de Execução
	Valor	Valor		
Receitas Correntes	10.397.405,29 €	9.744.437,78 €	-652.967,51 €	93,70%
Receitas de Capital	11.861.611,87 €	11.766.387,53 €	-95.224,34 €	99,20%
Outras Receitas (a)	2.896.238,80 €	2.896.388,80 €	150,00 €	100%
Total da Receita (a)	25.155.255,96 €	24.407.214,11€	-748.041,85 €	97,00%
Despesas Correntes	8.046.109,39 €	6.584.471,20 €	-1.461.638,19 €	81,83%
Despesas de Capital	17.109.146,57 €	14.602.212,01 €	-2.506.934,56 €	85,35%
Total da Despesa	25.155.255,96 €	21.186.683,21 €	-3.968.572,75 €	84,22%

(a) Este valor inclui o saldo orçamental transitado, que foi incorporado por revisão.

Analisando o quadro supra apresentado, pode-se verificar que o orçamento da receita teve uma execução na ordem dos 97%, verificando-se um desvio negativo na ordem dos €748.0000,00 (setecentos e quarenta e oito mil euros).

Esta execução é resultado de uma execução do orçamento da receita corrente, na ordem dos 94%, e uma execução orçamental das receitas de capital na ordem dos 99%.

De salientar que em relação ao ano transato a execução da receita corrente decresceu cerca de 9% e que a execução da receita de capital teve um decréscimo na ordem dos 12%, muito embora em valores absolutos o valor da receita total foi superior ao ano transato.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

De uma forma global, a execução orçamental, no que diz respeito às receitas, teve uma execução inferior ao ano transato. No entanto, verifica-se no ano de 2017 um acréscimo da receita cobrada bruta na ordem dos 10,7 milhões de euros e que advém da arrecadação em 2017 do montante de aproximadamente 10,9 milhões de euros, que não se verificou em 2016, por via do contrato de substituição de dívida.

Se considerarmos a não entrada de verba, referente aos empréstimos bancários, a variação da receita cobrada bruta de 2017 em relação ao ano transato é menor, na ordem dos €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros).

Quanto à despesa, teve uma execução de 84,22%, superior ao ano transato em cerca de 23 décimas. Este resultado advém de uma execução da despesa corrente na ordem dos 82% e uma execução no orçamento das despesas de capital na ordem dos 85,35%. No entanto, verifica-se que no ano de 2017, o valor da despesa paga, aumenta em cerca de 8,5 milhões de euros.

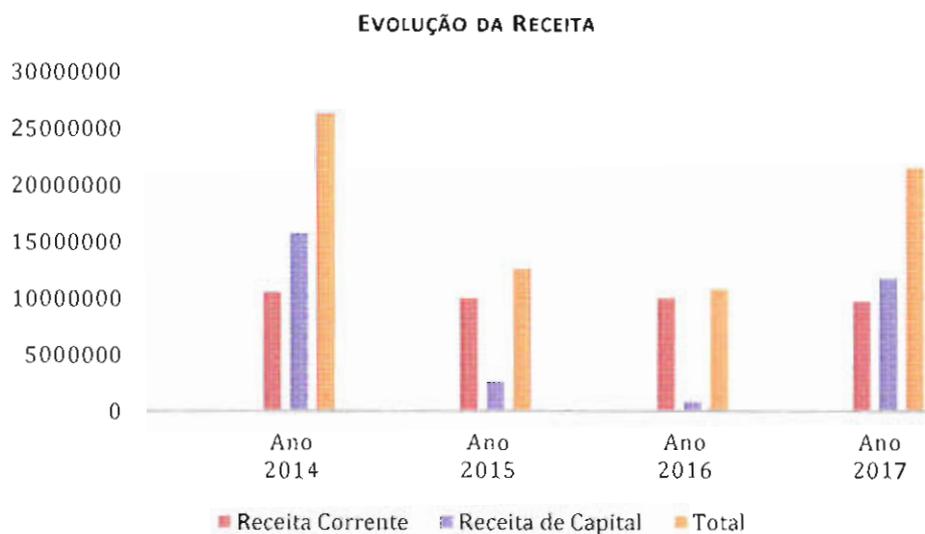
# RECEITA

## V. RECEITA

Analisamos, através do quadro seguinte, a evolução da cobrança das receitas ao longo dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. De salientar que as “outras receitas”, foram expurgadas desta análise, debruçando-nos sobre as receitas correntes e de capital.

RECEITA COBRADA	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
Receita Corrente	10 564 118,84 €	9 999 075,43 €	9 991 716,82 €	9 744 437,78 €
Receita de Capital	15 751 638,48 €	2 618 408,45 €	839 815,04 €	11 766 387,53 €
<b>Total</b>	<b>26 315 757,32 €</b>	<b>12 617 483,88 €</b>	<b>10 831 531,86 €</b>	<b>21 510 825,31 €</b>

Graficamente, demonstramos a evolução da receita ao longo dos últimos anos:



De acordo com a análise do quadro supra apresentado e do respetivo gráfico, a receita corrente arrecadada em 2017 é ligeiramente inferior, quando comparada com o ano económico de 2016. Já a receita de capital, teve um acréscimo de cerca 10,9 milhões de euros, que se deve essencialmente à arrecadação de receita em 2017, proveniente de passivos financeiros, que em 2016 não existiu, quantia que foi proveniente da contratualização de uma operação de substituição de dívida, nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

## RECEITA

A execução da receita corrente e da receita de capital, foi inferior a 100%, o que significa que o Município de Alijó, arrecadou menos cerca de € 748.000,00 (setecentos e quarenta e oito mil euros) do que a verba prevista.

É necessário, para uma análise mais desagregada, analisar os vários capítulos da receita, de forma a conhecer os que mais e menos contribuem para a arrecadação de verbas para o Município.

### RECEITA CORRENTE

Receita Cobrada	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>Receitas Correntes</b>	<b>10 564 118,84 €</b>	<b>9 999 075,43 €</b>	<b>9 991 716,82 €</b>	<b>9 744 437,78 €</b>
Impostos Diretos	1 726 761,05	1 815 896,78	1 664 011,38	1 520 843,70
Impostos Indiretos	24 770,80	5 126,90	7 438,78	6 042,36
Taxas, Multas e O. Penalidades	110 171,85	89 694,46	82 009,65	102 344,65
Rendimentos de Propriedade	465 537,94	464 892,18	572 186,04	357 762,66
Transferências Correntes	6 895 660,93	6 289 388,69	6 406 897,13	6 489 244,09
Vendas Bens e Serv. Correntes	1 085 691,72	1 249 619,44	1 172 646,71	1 240 433,56
Outras Receitas Correntes	255 524,55	84 456,98	86 527,13	27 766,76

### RECEITA CAPITAL

Receita Cobrada	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>Receitas de Capital</b>	<b>15 751 638,48 €</b>	<b>2 618 408,45 €</b>	<b>839 815,04 €</b>	<b>11 766 387,53 €</b>
Venda de Bens de Investimento	3 850,00 €	27 846,66 €	0,00 €	0,00 €
Transferências de Capital	1 302 783,24 €	820 685,44 €	839 815,04 €	824 456,86 €
Passivos Financeiros	14 445 005,24 €	1 769 876,35 €	0,00 €	10 941 930,67 €

## RECEITA

Considerando que a receita orçamental global da autarquia, no ano económico de 2016, se cifrou em € 21.522.814,82 (vinte e um milhões, quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e catorze euros e oitenta e dois cêntimos), o peso da receita corrente é de 45%, sendo o diferencial, o correspondente ao peso da receita de capital 55%.

Analisando por capítulos, tendo em consideração os quadros supra apresentados, importa referir o seguinte relativamente à receita corrente:

Em relação ao ano transato, verifica-se um maior peso da receita de capital, uma vez que a operação financeira realizada no ano de 2017 contribuiu para uma execução superior a 10 milhões de euros.

Os Impostos Diretos tiveram em 2017, um decréscimo relativamente ao ano económico de 2016, tendo sido cobrado nesta rúbrica o montante de € 1.520.843,70 (um milhão, quinhentos e vinte mil, oitocentos e quarenta e três euros e setenta cêntimos). Esta diminuição deveu-se à diminuição da cobrança do imposto municipal sobre imóveis, mas essencialmente pela diminuição da cobrança do IMT (Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis), com uma redução em relação a 2016 na ordem dos €107.000,00 (cento e sete mil euros).

Todas as rúbricas incluídas no capítulo dos impostos diretos, tiveram uma execução muito próxima dos 100%, com exceção da classificação económica 010204 – “IMT”, que tal como anteriormente referido, teve uma execução na ordem dos 60%.

Os Impostos Indiretos tiveram um decréscimo, mas, considerando o peso relativo deste capítulo da receita, não é materialmente relevante o seu montante.

As Taxas, Multas e outras Penalidades, tiveram um acréscimo na ordem dos €20.000,00 (vinte mil euros), em relação ao ano transato, verificando-se um grau de execução na ordem dos 111%, resultante de uma evolução das taxas cobradas no setor da caça.

Os Rendimentos de Propriedade, tiveram um decréscimo em relação ao ano transato, na ordem dos € 211.000,00 (duzentos e onze mil euros), considerando que o último trimestre de 2017, referente à renda de concessão da EDP apenas se reflete em 2018, uma vez que a receita não foi liquidada durante o ano de 2017, como esta situação tinha acontecido em 2015, e em 2016 foi liquidada dentro do próprio ano, a diminuição de valor é agora mais acentuada.

As transferências correntes tiveram um aumento, na ordem de € 80.000,00 (oitenta mil euros). Este aumento verifica-se, porque houve um acréscimo nas transferências do FEF, por parte da administração central para os municípios.

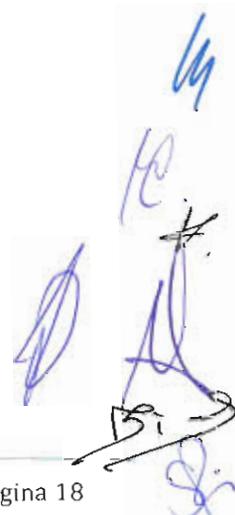
## RECEITA

A rubrica de Venda de Bens e Serviços correntes teve um acréscimo na ordem dos €68.000,00 (sessenta e oito mil euros).

Relativamente à receita de capital, importa referir e analisar o seu acréscimo. O acréscimo da receita neste capítulo, na ordem de 10,9 milhões de euros, deve-se sobretudo à arrecadação de valores referentes a passivos financeiros, isto é, o Município de Alijó recorreu a capitais alheios no ano económico de 2017. Em 2017, arrecadou neste capítulo o valor de €10.941.930,67 (dez milhões, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta euros e sessenta e sete cêntimos), referente à operação financeira de substituição de dívida, nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro.

Se ao valor das receitas de capital de 2017, for subtraído o valor dos passivos financeiros, a receita desta natureza mantém-se praticamente ao mesmo nível.

A desagregação da receita por capítulos, no quadro infra apresentado, revela o peso de cada capítulo quer nas receitas correntes quer nas receitas de capital.



## RECEITA

RECEITA COBRADA	ANO 2017	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>9 744 437,78 €</b>	<b>100,00%</b>
Impostos Diretos	1 520 843,70	15,61%
Impostos Indiretos	6 042,36	0,06%
Taxas, Multas e O. Penalidades	102 344,65	1,05%
Rendimentos de Propriedade	357 762,66	3,67%
Transferências Correntes	6 489 244,09	66,59%
Vendas Bens e Serviços Correntes	1 240 433,56	12,73%
Outras Receitas Correntes	27 766,76	0,28%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>11 766 387,53 €</b>	<b>100,00%</b>
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00%
Transferências de Capital	824 456,86	7,01%
Passivos Financeiros	10 941 930,67 €	92,99%

RÁCIOS DE ESTRUTURA FINANCEIRA				
Descrição	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
	%	%	%	%
Receitas Próprias/Receita Total	12	21	27	15
Impostos Diretos/Receita Total	4	7	10	7
Transferências/Receita Total	41	79	73	34
Venda de Bens/Receita Total	3	6	11	6
Passivos Financeiros/Receita Total	48	0	0	51

De acordo com o quadro supra apresentado, podemos verificar que o Município de Alijó tem um elevado grau de dependência relativamente às transferências externas, quer sejam correntes, quer sejam de capital.

## RECEITA

Excepcionalmente, e consequência da arrecadação de passivos financeiros, o peso deste capítulo é muito elevado, que a não existir, mantinha o peso de 100% nas transferências de capital, tal como se verificou no ano transato.

Para uma melhor perceção da análise efetuada relativa à receita municipal, torna-se importante uma análise acerca dos diferentes rácios da estrutura financeira.

De acordo com os dados do quadro supra apresentado, verifica-se a dependência financeira do Município, relativamente às transferências, com um rácio na ordem dos 34%.

De salientar que em 2017, tal como anteriormente referido, os passivos financeiros, têm um peso superior a 50%, importa referir, que a não realização da operação financeira de arrecadação de capitais alheios, faria subir o rácio das transferências, tal como acontece em Municípios de idêntica dimensão ao Município de Alijó.

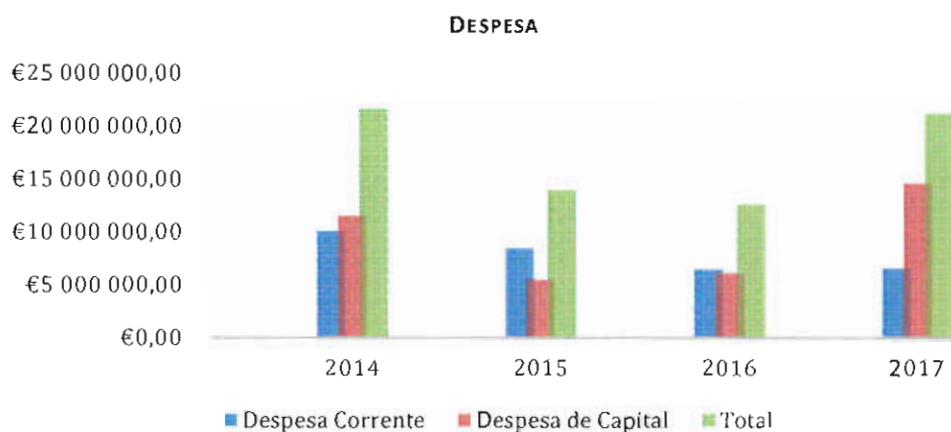
# DESPESA

## VI. DESPESA

Analisamos, através do quadro seguinte a evolução das despesas ao longo dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Despesa Paga	2014	2015	2016	2017
Despesa Corrente	10 064 225,72 €	8 460 996,75 €	6 492 097,86 €	6 584 471,20 €
Despesa de Capital	11 511 475,22 €	5 522 699,51 €	6 114 311,44 €	14 602 212,01 €
Total	21 575 700,94 €	13 983 696,26 €	12 606 409,30 €	21 186 683,21 €

Graficamente, demonstramos a evolução da despesa ao longo dos últimos anos:



Relativamente à execução da despesa, verifica-se um acréscimo em relação ao ano transato.

A despesa corrente teve um acréscimo ligeiro na ordem de €92.000,00 (noventa e dois mil euros) e a despesa de capital, teve um acréscimo de aproximadamente 8,4 milhões de euros.

Considerando a divisão entre as despesas correntes e despesas de capital, devemos pois verificar de entre os vários capítulos da despesa quais os que mais e menos contribuíram para a execução orçamental da despesa do Município.

## DESPESA

Despesa Paga	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>Despesas Correntes</b>	<b>10 064 225,72 €</b>	<b>8 460 996,75 €</b>	<b>6 492 097,86 €</b>	<b>6 584 471,20 €</b>
Despesas com pessoal	2 845 553,15	2 779 246,42	2 660 502,20	2 655 708,10
Aquisição de Bens e Serviços	5 688 593,17	4 599 548,44	3 100 220,83	3 024 181,39
Juros e Outros Encargos	837 574,48	846 016,38	362 269,94	214 532,66
Transferências Correntes	657 443,64	172 287,47	255 823,43	545 374,68
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	35 061,28	63 898,04	113 281,46	144 674,37
<b>Despesas de Capital</b>	<b>11 511 475,22 €</b>	<b>5 522 798,51 €</b>	<b>6 114 311,44 €</b>	<b>14 602 212,01 €</b>
Aquisição de Bens de Capital	2 448 256,40	2 640 564,76	2 485 008,32	2 646 792,03
Transferências de Capital	199 999,08	210 601,88	449 944,50	34 500,00
Ativos Financeiros	0,00	79 759,00	79 759,00 €	79 759,00
Empréstimos a M/L Prazos	8 863 219,74	2 591 872,87	3 099 599,62	11 841 160,98

Do quadro supra apresentado, verifica-se que a despesa corrente paga, teve uma execução ligeiramente superior ao ano transato e a despesa de capital paga cresceu significativamente.

De forma desagregada, constata-se que relativamente às despesas correntes, as despesas com pessoal tiveram um ligeiro decréscimo relativamente ao ano transato.

A execução das despesas com a aquisição de bens e serviços diminuíram em cerca de €76.000,00 (setenta e seis mil euros).

As despesas pagas com juros e outros encargos diminuíram mais de 41% em relação ao ano transato, fruto das negociações com a banca de "spreads" mais baixos, que fizeram diminuir o custo dos capitais alheios em anos transatos e pelas taxas de juro mais baixas que o Município beneficiou por contratualização do empréstimo de substituição de dívida em 2017. De salientar que em relação ao ano de 2015, o pagamento de juros e outros encargos, teve um decréscimo na ordem dos 75%.

As transferências correntes aumentaram, o que significa que no ano de 2017, foram apoiadas mais instituições externas ao Município, quer no que às Juntas de Freguesia diz respeito, quer às instituições sem fins lucrativos de carácter cultural, desportivo e social.

Relativamente às despesas de capital, houve um acréscimo global, tendo aumentado o pagamento de amortização de empréstimos bancários de m/l prazo, e diminuindo as transferências de capital.

Verifica-se um acréscimo na aquisição de bens de capital.

## DESPESA

Considerando a amortização dos empréstimos de reequilíbrio financeiro pela arrecadação de passivos financeiros, esta rubrica teve um aumento muito significativo, superior a 8,7 milhões de euros.

As transferências de capital em 2017 tiveram um decréscimo, por contrapartida do aumento das transferências correntes. No que respeita ao ano de 2017, isoladamente, podemos analisar o peso de cada capítulo da despesa em relação à despesa total do Município.

Despesa Paga	Ano 2017	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>6 584 471,20 €</b>	<b>100,00%</b>
Despesas com pessoal	2 655 708,10	40,33%
Aquisição de Bens e Serviços	3 024 181,39	45,93%
Juros e Outros Encargos	214 532,66	3,26%
Transferências Correntes	545 374,68	8,28%
Subsídios	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	144 674,37	2,20%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>14 602 212,01 €</b>	<b>100,00%</b>
Aquisição de Bens de Capital	2 646 792,03	18,13%
Transferências de Capital	34 500,00	0,24%
Ativos Financeiros	79 759,00 €	0,55%
Empréstimos a M/L Prazos	11 841 160,98	81,09%

Pelo quadro anterior apresentado, e no que respeita às despesas correntes, as despesas com pessoal têm um peso de 40,33% das despesas correntes.

As despesas pagas na rubrica de aquisição de serviços são as que maior relevância têm no orçamento da despesa corrente com um peso de 45,93%.

No que respeita às despesas de capital, são as amortizações de empréstimos de M/L prazos que maior peso têm no orçamento das despesas de capital, com um peso percentual na ordem de 81%.

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

### VII. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizada por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste documento, o mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos. Assim apresentamos de forma resumida a execução do Plano Plurianual de Investimentos, comparando-a com os anos de 2015 e 2016:

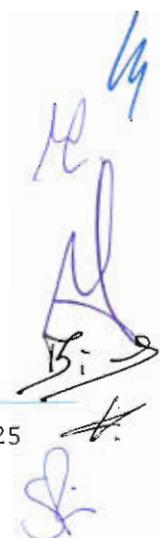
(em euros)	Ano	Ano	Ano
	2015	2016	2017
<b>Funções Gerais</b>			
Serviços da Administração Pública	288 705,92 €	504 715,46 €	186 702,69 €
Segurança e Ordem Públicas	122 002,99 €	139 130,22 €	158 364,21 €
<b>Funções Sociais</b>			
Educação	91 811,88 €	8 022,80 €	95 775,84 €
Saúde	€	€	0,00
Segurança e Ação Social	0,00 €	2 244,61 €	176,75 €
Habituação e Serviços Coletivos	338 238,54 €	535 059,84 €	1 095 342,92 €
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	188 868,50 €	2 500,00 €	341 377,50 €
<b>Funções Económicas</b>			
Agricultura, Silvicultura, caça e pesca	€	€	€
Indústria e Energia	210 588,41 €	80 717,70 €	26 162,64 €
Transportes e Comunicações	1 079 666,30 €	1 017 523,98 €	708 449,48 €
Comércio e Turismo	0,00 €	169 942,40 €	34 440,00 €
<b>Outras Funções</b>			
Outras	400 342,22 €	104 910,31 €	79 759,00 €

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Do quadro supra apresentado, podemos analisar a despesa paga durante o ano de 2017, por função.

De uma forma resumida, pode-se constatar, que a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos se situou nos 55,63%, inferior relativamente ao ano transato.

Foram pagos, no que respeita a investimento realizado pelo Município montantes na ordem dos 2,7 milhões de euros, sendo o valor de maior relevância nas funções sociais.



## PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

### VIII. PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Apresenta-se no quadro seguinte, de forma resumida, a execução do Plano de Atividades Mais Relevantes, comparando com os anos de 2015 e 2016:

(em euros)	Ano	Ano	Ano
	2015	2016	2017
<b>Funções Gerais</b>			
Serviços da Administração Pública	28912,5	11 728,05 €	14 005,91 €
<b>Funções Sociais</b>			
Educação	509 890,17 €	366 694,61 €	341 759,33 €
Saúde	€	€	€
Segurança e Ação Social	711,36 €	7 705,26 €	9 360,20 €
Habitação e Serviços Coletivos	1965687,05	1 236 009,24 €	1 285 514,11 €
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	12 046,73 €	2 231,56 €	30 862,53 €
<b>Funções Económicas</b>			
Agricultura, Silvicultura, caça e pesca	19 573,91 €	20 539,47 €	34 542,38 €
Comércio e Turismo	€	€	€
<b>Outras Funções</b>			
Outras	268 642,90 €	565 563,35 €	506 680,17 €

Quanto ao plano de atividades mais relevantes, verifica-se um grau de execução anual na ordem dos 79 pontos percentuais.

Foi na habitação e serviços coletivos, seguida das transferências entre administrações e educação, que se verificou o maior grau de execução.

## ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO

### IX. ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO

A dívida do Município de Alijo, referente a empréstimos de médio e longo prazo, ascende em 31 de dezembro de 2017 a €12.813.198,12 (doze milhões, oitocentos e treze mil, cento e noventa e oito euros e doze cêntimos).

Dívida de Médio/Longo Prazo, por entidades	
Caixa Geral de Depósitos	1.788.240,54 €
Novo Banco	160.658,85 €
Banco Português de Investimento	127.893,06 €
Crédito Agrícola	10.736.405,67 €

Importa referir, que ao longo do ano económico de 2017, foram efetuadas amortizações no valor de €11.841.160,98 (onze milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cento e sessenta euros e noventa e oito cêntimos).

Este valor de amortizações, corresponde ao cumprimento dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras, sendo que o montante mais elevado, foi utilizado para amortização dos empréstimos de reequilíbrio financeiro.

Acresce ainda, que por aplicação da especialização, no balanço a dívida de médio e longo prazo, corresponde a € 11.904.358,89 (onze milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos), considerando que foram subtraídos os valores a pagar no ano económico de 2018 inscritos na dívida de curto prazo.

A dívida de capitais alheios, refere-se apenas à contração de empréstimos de médio e longo prazo, uma vez que o Município não contratou qualquer empréstimo de curto prazo no ano económico de 2017.

O decréscimo da dívida de médio e longo prazo, deve-se ao cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas com as instituições financeiras, tendo sido o empréstimo de médio e longo prazo, contratualizado em 2017 utilizado na amortização extraordinária de empréstimos já existentes.

## X. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, o limite da dívida total da autarquia é igual a 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos.

Para o Município de Alijó, os limites de endividamento são os seguintes:

Média da Receita Corrente Líquida	€ 10.184.970,00
1,5 vezes	€ 15.277.455,00
Limite da Dívida Total	€ 15.277.455,00

À data de 1 de janeiro de 2017 o valor total da dívida municipal, com as devidas exceções era de 13,8 milhões de euros, tendo reduzido em 31 de dezembro de 2017 para valores abaixo dos 13 milhões de euros.

A dívida total orçamental, excluindo a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, situa-se em € 12.922.849,29 (doze milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e nove euros e vinte e nove cêntimos). Acresce ainda o valor da contribuição das entidades terceiras, nomeadamente a Associação Douro Histórico, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Associação de Municípios Vale Douro Norte, Fundação Museu do Douro, Comunidade Intermunicipal do Douro, Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.



## CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

### XI. CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

De forma sucinta, apresentamos um quadro com a caracterização da dívida, cuja análise em pormenor se remete para os documentos e mapas de prestação de contas apresentados na conta de gerência.

CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA	
<b>Dívidas a Terceiros</b>	
Fornecedores Correntes	87.937,58 €
Fornecedores de Imobilizado	0,00 €
Credores diversos	21.713,59 €
<b>Total</b>	<b>109.651,17 €</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazos</b>	
Caixa Geral de Depósitos	1.788.240,54 €
Novo Banco	160.658,85 €
Crédito Agrícola	10.736.405,67 €
Banco Português de Investimento	127.893,06 €
<b>Total</b>	<b>12.813.198,12 €</b>

Em 31 de dezembro de 2017, depois de efetuadas as operações de fecho de ano, a dívida do Município de Alijó a terceiros, ascendia ao montante de € 109.651,17 (cento e nove mil, seiscentos e cinquenta e um euros e dezassete cêntimos), tratando-se sobretudo de faturas recebidas no último mês do ano económico, este valor é caracterizado como sendo dívida a fornecedores conta corrente, que reflete a dívida de natureza corrente, sendo que a dívida a fornecedores de imobilizado, é nula.

Quanto à dívida de empréstimos, o Município de Alijó não contraiu nenhum empréstimo de curto prazo, pelo que a dívida à banca comporta apenas os empréstimos de médio e longo prazo, que à data de 31 de Dezembro de 2017 ascende ao montante de € 12.813.198,12 (doze milhões, oitocentos e treze mil, cento e noventa e oito euros e doze cêntimos).

Ainda relativamente à dívida, importa salientar que os prazos de pagamento foram cumpridos, sendo que não existem à data de 31 de dezembro pagamentos em atraso, conforme demonstra o quadro seguinte.

# CARATERIZAÇÃO DA DÍVIDA

Designação	Stock final do período						Total
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso				
			Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	
(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)		
Remunerações certas e permanentes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Abonos variáveis ou eventuais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE010301 + CE010302 - Encargos com saúde - ADSE e outros das Adm. Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para a segurança social - Caixa Geral de Aposentações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para a segurança social - Seg. Social - Regime geral	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Restantes despesas com pessoal (Total CE01 menos os valores inscritos nas linhas precedentes)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE02 - Aquisição de Bens e serviços correntes	109 651,17	109 651,17	- €	- €	- €	- €	- €
CE03 - Juros e outros encargos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências correntes para sectores das Adm. Públicas (CE04.03+ CE04.04 + CE04.05 + CE04.06)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências correntes para fora das Adm. Públicas (CE04 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE06 - Outras despesas correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CE07 - Aquisição de Bens e serviços de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital para sectores das Adm. Públicas (CE08.03+CE08.04+CE08.05+CE 08.06)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências de capital para fora das Adm. Públicas (CE08 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	109 651,17	109 651,17	- €	- €	- €	- €	- €

## XII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Ainda no que à execução orçamental diz respeito, é importante demonstrar o equilíbrio de acordo com o preconizado no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, pelo que os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

DEMONSTRAÇÃO	
<b>Receita Corrente Cobrada Bruta</b>	9 744 437,78 €
<b>Despesa Corrente</b>	6 584 471,20 €
<b>Saldo Corrente</b>	3 159 966,58 €
<b>Amortizações Médias</b>	1 149 273,25 €
<b>Margem Disponível</b>	2 010 693,33 €

Para além do cumprimento de equilíbrio orçamental, conforme demonstrado, importa referir, que ao longo do ano económico de 2017, foi gerada uma poupança corrente de aproximadamente 2,8 milhões de euros, o que significa que foram utilizadas receitas correntes para financiar despesas de capital, nomeadamente os investimentos.

## XIII. ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

### BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Balanço reflete a posição financeira e patrimonial do Município a 31 de Dezembro de 2017, comparando com a posição financeira em 31 de Dezembro de 2016. O quadro infra apresentado, representa o balanço de forma resumida.

BALANÇO	2016	2017
	€	€
Imobilizado	48 952 739,57	50 400 732,65
Existências	69 854,85	58 786,73
Dívidas de Terceiros	193 975,27	324 638,39
Disponibilidades	3 788 465,25	4 228 531,14
Acréscimos e Diferimentos	312 870,42	181 674,74
<b>ATIVO</b>	<b>53 317 905,36</b>	<b>55 194 363,65</b>
Património	11 692 711,79	11 692 711,79
Reservas	1 308 515,75	1 443 720,45
Resultados	11 918 820,48	14 720 105,73
Subsídios	460 564,77	460 564,77
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>25 380 612,79</b>	<b>28 317 102,74</b>
Dívidas a Terceiros CP	2 446 199,68	2 345 528,19
Provisões	4 795 314,09	4 681 684,22
Dívidas a Terceiros MLP	12 693 596,88	11 904 358,89
Acréscimos e Diferimentos	8 002 181,92	7 945 689,81
<b>PASSIVO</b>	<b>27 937 292,57</b>	<b>26 877 261,11</b>

## ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

O total do ativo teve um acréscimo de aproximadamente 1,8 milhões de euros de 2016 para 2017. Esta oscilação refere-se sobretudo num aumento do valor do imobilizado e das disponibilidades.

Relativamente ao ativo, é o valor do imobilizado que maior peso tem na estrutura do balanço. No que diz respeito aos fundos próprios também aumentaram, por via dos resultados transitados.

O passivo diminuiu cerca de 4%, tendo-se verificado a diminuição de todas as rúbricas do passivo.

Importa referir que o valor das amortizações acumuladas é de € 10.738.737,36 (dez milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos e trinta e sete euros e trinta e seis cêntimos) e o valor dos ajustamentos no ativo ascende a € 44.901,30 (quarenta e quatro mil, novecentos e um euros e trinta cêntimos).

A demonstração de Resultados permite a análise dos custos e dos proveitos que influenciam o apuramento de Resultado Líquido do exercício.

O mapa seguinte representa de forma resumida os custos e proveitos do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2016	2017
	€	€
Custos Operacionais	7 881 191,56	7 639 509,08
Custos Financeiros	361 142,84	215 020,94
Custos Extraordinários	540 101,55	216 528,23
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>	<b>8 782 435,95</b>	<b>8 071 058,25</b>
Proveitos Operacionais	10 526 450,64	10 371 759,69
Proveitos Financeiros	3 517,01	451,74
Proveitos Extraordinários	956 522,24	609 374,77
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>	<b>11 486 489,89</b>	<b>10 981 586,20</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>2 645 259,08</b>	<b>2 732 250,61</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-357 625,83</b>	<b>-214 569,20</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>416 420,69</b>	<b>392 846,54</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2 704 053,94</b>	<b>2 910 527,95</b>

## ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício positivo é de € 2.910.527,95 (dois milhões, novecentos e dez mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos) valor que é apresentado no Balanço e na Demonstração de Resultados.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some appearing to be initials or names.

### XIV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e para cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal, apresenta a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Resultado Líquido do Exercício: € 2.910.527,95 (dois milhões, novecentos e dez mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos).

Transferência para a conta de Resultados Transitados, o montante do Resultado Líquido do Exercício, posterior constituição de reservas legais no montante de 5% desse resultado, transferindo para a conta de reservas legais o valor de € 145.526,40 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos).

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

Câmara Municipal de Alijó

Rua General Alves Pedrosa, n.º 13 | 5070-051 Alijó

Tel. (+351) 259 957 100

Fax (+351) 259 959 738

[www.cm-alijo.pt](http://www.cm-alijo.pt)



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*